



## ATA

Aos **vinte e nove dias** do mês de **abril** do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de **José João Torrinha Martins Bastos**, secretariado por **Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo** e **Francisca Maria da Costa Abreu**, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos. ---

ASSEMBLEIA -----

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A 22 DE FEVEREIRO DE 2019. -----**

**2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A 28 DE MARÇO DE 2019. -----**

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

**3 – RELATÓRIO E CONTAS 2018. -----**

**4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. -----**

**5 – RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018. -----**

**6 – REVISÃO ORÇAMENTAL. -----**

CÂMARA -----

**7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----**

REGULAMENTOS TAXAS -----

**8 – ALTERAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO MERCADO DE VENDA POR GROSSO DE FRUTAS E LEGUMES DE ALDÃO PARA CREIXOMIL - ALTERAÇÃO DO VALOR DAS TAXAS. -----**

**9 - PROJETO DE REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL - SUSPENSÃO IMEDIATA DA VIGÊNCIA DO REGULAMENTO DE**

**PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL EM VIGOR. -----**

**REGULAMENTOS -----**

**10 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E ESTRUTURAS DE APOIO À COMUNIDADE EDUCATIVA. -----**

**11 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS RELATIVOS À UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019”. -**

**URBANISMO -----**

**12 – APROVAÇÃO FINAL DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PDM NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DO RERAE. -----**

**INTERESSE PÚBLICO -----**

**13 - MORGADIO DE PORTELA – AGRO-PECUÁRIA TURISMO E REPRESENTAÇÕES LDA - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DO Nº 3 DO ARTIGO 25º DO DECRETO-LEI 73/2009. -----**

**14 - ZMG \_ UNIPESSOAL, LDA - RECONHECIMENTO PROVISÓRIO DE INTERESSE PÚBLICO DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO E DESPORTIVO - KARTÓDROMO INTERNACIONAL DE GUIMARÃES. -----**

**15 - ZMG \_ UNIPESSOAL, LDA - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTRUÇÃO JUNTO DA TUTELA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL. -----**

**16 -RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA LIGAÇÃO DO REBOTO A MOURIL - AUTORIZAÇÃO DA REN E RAN. -----**

**RECURSOS HUMANOS -----**

**17 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO. -----**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----**

**18 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O**



- FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - 1.440.000 LITROS.**
- 19 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2019/2020 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO Nº1, ARTIGO 5º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS). -----**
- 20 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS DO 1.º CEB – ANO LETIVO 2019/2020 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS -----**
- 21 - CONTRATO PROGRAMA COM A TURIPENHA - COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. -----**
- AÇÃO SOCIAL -----**
- 22 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES AO REGIME DA TARIFA SOCIAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA DECRETO-LEI N.º 147/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017. -----**
- DESPORTO -----**
- 23 - SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS - 2018/2019 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO DE €200.000,00 AO CLUBE OPERÁRIO DE CAMPELOS PARA A EXECUÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE UMA VERBA ANUAL DE €50.000,00 DURANTE 4 ANOS. -----**
- ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO -----**
- 24 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DE DIREITOS DE OPOSIÇÃO - ANO DE 2018. -----**
- PROTEÇÃO CIVIL -----**
- 25 - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS. -----**
- 26 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES. -----**

FREGUESIAS -----

**27 - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE ABRIL DE 2018. -----**

**28 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**

**29 - FREGUESIA DE PONTE – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31/01/2019. -----**

**30 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**

**31 - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL “CANDOSO ATIVO” (1 DE MAIO DE 2019 A 30 DE ABRIL DE 2020). ---**

**32 - CANDIDATURA AO PROGRAMA DA ABAE ECO-FREGUESIAS XXI. -----**

**33 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2019. -----**

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

**34 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS. -----**

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

**35 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS). -----**

TRÂNSITO -----

**36 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA BATOCA - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO. -----**

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

**37 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----**

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Francisca Maria da Costa Abreu, Nelson José Guimarães Felgueiras, Marta de Abreu Coutada, Paulo Rui Lopes Pereira



da Silva, César Manuel Castro Machado, Maria Elisabete Veloso Machado Costa Martins, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Manuel Américo Antunes de Freitas, António Fernando Macedo Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, José da Silva Fernandes, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Elsa Cristina Silva Ribeiro, José de Castro Dias, Manuel Martins Salgado, Márcio Rafael da Silva Ferreira, António Rogério Ferreira Paiva, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira e Hugo Francisco Monteiro Teixeira; (PSD) - Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, Emídio Guerreiro, Daniel André de Sousa Rodrigues, Margarida Pinheiro Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Ana Rita Abreu Fernandes, Mário Augusto Araújo Ribeiro, Paula Cristiana da Silva Ribeiro e Eduardo Miguel Teixeira Fernandes; (CDS-PP) – Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, Rui Miguel Ribeiro Correia e Paulo Miguel Lima Peixoto; (CDU) - Mariana da Conceição Pereira da Silva, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e Miguel Ângelo Leite Vieira; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (INDEPENDENTE) – António Fernando Meireles Lopes. **(Inerência do cargo de Presidente de Junta)** - Maria da Conceição da Cunha e Castro – PS, José de Castro Antunes – PS, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra – PS, António Martins Gonçalves – PSD, Manuel da Costa Mendes Lopes – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, Alcino José de Sousa – PSD, António Brás Mendes

Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Manuel de Jesus Freitas Cardoso (em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia) – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, José Armando Morais da Silva – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Angelino Miguel Ribeiro Salazar – PSD, Nélon Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, João Miguel Castro Oliveira – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Marçal Avelino Salazar Marques Mendes - PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Abílio Lima de Freitas – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas (em representação do Presidente da Junta da União das Freguesias de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Manuel das Neves Rodrigues – PSD, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Francisco Bruno da Silva Oliveira – PS, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PSD e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

**Substituição por ausência inferior a trinta dias:** Manuel Fernando da Cunha Fernandes, Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Maria José Teixeira Martins, Sandra da Luz da Cunha Martins, José Pedro Aguiar Branco, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, Fernando Miguel Machado Pereira Silva Araújo, Carlos Henrique Ribeiro de Barros, Elva Raquel Camarero cancela Gusmão, Cândido Capela Dias, Célia Maria de Abreu Magalhães, Sérgio Alberto Castro Rocha, Rui Manuel Aves Martins, Natália Maria Silva Fernandes Ribeiro e José Manuel Nogueira Teixeira Bastos.-----



**Faltaram os seguintes membros:** Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Miguel de Meira Barreira, Manuel Lourenço Lima Amaral e Marta Filipa da Silva Gonçalves. -----

**Presenças da Câmara Municipal** – Presidente Domingos Bragança Salgado e Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Bruno Alberto Vieira Fernandes. -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** havia quórum e o Presidente da Mesa **DECLAROU ABERTA** a sessão. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Do convite para participar nas comemorações do Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães; Do ofício do Partido Comunista Português remetendo o Projeto-lei nº1180 que apresentaram na Assembleia da República, que define a estrutura orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas; Do convite da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães para participar na Procissão de Endoenças; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo a resposta ao requerimento do Grupo Parlamentar do PSD a respeito dos protocolos celebrados com a Tempo Livre; Do convite para participar nas Comemorações do aniversário dos Bombeiros Voluntários das Taipas; Do convite do Presidente da Comissão de Festas e do Juiz da Irmandade de Nossa Senhora da Luz para participar na entrega de prémios do Concurso Pecuário, inauguração da Exposição Rural e Procissão Solene da Nossa Senhora da Luz. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**António Fernando Meireles Lopes**, Membro Independente, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz:

*“Em abril de 1974 as forças armadas decidiram que era tempo de derrubar o regime, de afastar do poder um governo autocrático, de dar aos portugueses a esperança num futuro menos sombrio, menos isolado, mais participativo, finalmente democrático. A sociedade de então e muitos ainda hoje, não perceberam qual a responsabilidade que lhe foi delegada. Com a revolução veio a Liberdade, mas esta é um fardo, um dever, uma responsabilidade que muitos dos agentes da nossa sociedade não souberam, não quiseram assumir e por isso, 45 anos depois de abril o que é que verdadeiramente se celebra? Apesar de Portugal ser membro de União Europeia, a qualidade da nossa democracia é substancialmente inferior na comparação com outros estados membros. Verdadeiramente alcançámos com sucesso os processos democráticos, mas, o sistema político mantém-se deficitário na dimensão substantiva e os indicadores mostram que nas últimas quatro décadas o sistema mantém algumas das desigualdades que eram sentidas no antigo regime autoritário. Apesar dos consideráveis investimentos nas áreas da educação, da saúde, da justiça os resultados são medíocres o que reforça o juízo de um país com uma democracia tolhida. Os modelos de governação que adotamos desde 74, para além de dispendiosos, não resolverem os problemas estruturais, não pensaram uma visão estratégica para o país e a falta de orientação a todos nos envolve numa atmosfera de crise permanente. Ainda mal saímos de uma crise logo outra no horizonte nos ameaça. Também em termos da análise económica, somos levados a pensar que a nossa tem os predicados duma economia moderna e avançada, mas, quando esmiuçamos as empresas portuguesas o que se nos depara é uma economia de baixa produtividade devido ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores e à fraca gestão dos recursos humanos. À minha geração,*





*diziam-nos, que a Revolução dos Cravos transformaria Portugal num país mais livre, mais justo, enfim, um país do qual nos orgulharíamos de viver e prosperar. No período antes da revolução, os nossos emigrantes procuravam na Europa e no Mundo melhores condições de vida, quantos deles sem qualquer instrução escolar, partiam deixando a família e os poucos haveres para tentar alcançar o que a terra pátria lhes sonegava. Quarenta e cinco anos passados os nossos emigrantes continuam à procura de melhores condições de vida, os que agora partem, levam formação académica superior e percebem, melhor que muitos, que o nosso país continua adiado! Segundo o relatório de Emigração de 2017, nesse ano, mais de 90 000 portugueses procuraram melhores condições de vida no exterior. Também o Gabinete de Estatística da UE indica Portugal como o quarto país da União Europeia com mais cidadãos em idade ativa a residir noutro país da Comunidade Europeia, valor apenas superado pela Roménia (19,7%), Lituânia (15%) e Croácia (14%). Em números absolutos, o número de cidadãos portugueses em idade ativa a residir nos países da UE era de cerca de 847 700 pessoas! Quase 50 anos depois, os portugueses continuam a procurar noutros países o que em Portugal não têm. Num estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos relativo ao ano de 2010 com o título Desigualdade Económica em Portugal, os autores socorrem-se de um conjunto de indicadores agregados para demonstrar a privação material das famílias e dos indivíduos e estes são confrangedores: Quase 52% da população portuguesa sofria privação material no tocante à capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza. O indicador mostra que 90.8% não tem possibilidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e*

*viagem para todos os membros do agregado. 15.8% tem dificuldade para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal. A capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias revela que 8% tem dificuldades. 49.6% não o consegue manter a casa adequadamente aquecida. Na comparação com outros países membros da EU, ao nível da distribuição do rendimento pela população, o mesmo estudo revela que o nosso país está colocado no grupo daqueles que registam maiores índices de desigualdade. Atentem ao fato que este estudo se reporta ao ano de 2010, antes do resgate que o país sofreu em abril de 2011. Não dispondo de novo estudo pormenorizado sobre esta temática, ajuízo que as condições neste entretanto se agravaram o que é corroborado pelos recentes indicadores da OCDE. 45 anos depois o que festejámos? O estudo de 2018 da OCDE sobre a perceção do risco para si próprio ou familiares no curto prazo, isto é, no próximo ano ou seguinte, revela que mais de 60% dos portugueses tem receio de ficar doente ou incapacitado, mais de 45% temem não conseguir pagar todas as despesas. Quase 40% tem receio de perder o emprego, mais de 30% tem receio de não poder aceder a cuidados médicos. No outro espectro deste estudo, 5% da população não manifesta qualquer receio dos atrás referidos. 45 anos depois o que comemoramos? Quando mais de 750 000 trabalhadores auferem o salário mínimo nacional, o que comemoramos? Quando os empregos criados não permitem aos nossos jovens planear a sua vida, o que verdadeiramente comemoramos 45 anos depois? Dentro de escassos dias, as centrais sindicais comemoram o Dia do Trabalhador. Será celebrado em todo o país, com manifestações, comícios e festas de carácter reivindicativo. Já não se luta pelas 8 horas de trabalho como em Chicago em maio de 1886. Hoje as exigências são outras, as realidades são diferentes*



*bem como as palavras de ordem. Hoje luta-se “contra a politica de baixos salários”, “luta-se pelo estabelecimento de uma nova ordem económica e social”, constata-se que o “sindicalismo de classe enfrenta enormes desafios” culpa-se o “grande capital por condicionar e determinar a formação de governos e a sua atuação”, quer se impor “uma política portadora de futuro, assegurando o desenvolvimento sustentável, que promova e dinamize o investimento público, valorize o trabalho e edifique um Estado promotor do progresso social” em suma, a luta sindical reflete que, “este é um sistema e uma política que limitam e travam o desenvolvimento das forças produtivas e que apresentam como projeto de futuro o regresso ao passado e a continuação e aprofundamento das politicas de retrocesso social e civilizacional”. Acabei de vos citar partes do PROGRAMA DE ACÇÃO da CGTP para o MANDATO 2016-2020. O que comemoramos 45 ano depois? O que fizeram os sindicatos nestas décadas, os políticos, os professores, todos nós? Todos fomos cúmplices nas escolhas que fizemos, Portugal viveu sem estratégia, sem orientação de que resultou e resulta uma atmosfera de crise permanente. No 25 de abril só comemorei o Dia da Liberdade. Viva Portugal!” -----*

**Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“No passado dia 9 de abril, o Senhor Primeiro Ministro António Costa esteve presente na Universidade do Minho, no polo de Azurém, para a apresentação do Programa “Economia Digital – Indústria 4.0”. Esta apresentação contou com a presença do Ministro-adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira, representantes do IAPMEI e COTEC, bem como de representantes de algumas das principais empresas e instituições de ensino superior portuguesas. Durante o programa, houve oportunidade para*

*apresentar o projeto I9G promovido pelo Município de Guimarães, a Universidade do Minho e o Tecido Empresarial. Ambos os programas têm um alinhamento de objetivos e de visão de futuro que importa salientar. A atenção à profunda alteração de paradigma do setor produtivo, a prioridade dada à investigação e desenvolvimento, a forte valorização do Potencial Humano e da Capacidade Produtiva e o cuidado com a Propriedade Industrial. É para muitos da 4ª revolução industrial que falamos, e Guimarães quer estar no centro da mudança de paradigma no território nacional. Se é certo que os processos de produção assentes em robotização, inteligência artificial, monitorização computadorizada ou processos colaborativos fomentados pela Transformação Digital são incontornáveis, os desafios que este futuro coloca a uma população com baixo índice de escolaridade e formação merecem a maior atenção do I9G. É, assim, pedra basilar deste projeto a Academia Industrial e a reconversão do tecido humano do território para uma procura de uma resposta adequada à transformação dos processos de produção do tecido empresarial. “Este projeto demonstra a capacidade de transferir o conhecimento que se produz nas nossas universidades para as nossas empresas e é uma condição decisiva para ganharmos a batalha da competitividade, através pessoas mais qualificadas e com mais investigação para desenvolver os produtos. Importa realçar a participação do Município de Guimarães no sentido de criar condições, ao nível do apoio e contratação de recursos humanos, numa cooperação tripartida com a Universidade e empresários. Isso é muito estimulante”, estas são palavras do Atual Ministro-adjunto e da Economia aquando da apresentação do Projeto na Câmara Municipal de Guimarães. A juntar a esta primeira validação, a escolha de Guimarães para lançamento da Segunda Fase do Projeto Indústria 4.0 com a presença do Primeiro-ministro António Costa são motivos de sobra para acreditar que é da*



*colaboração entre o Município de Guimarães, a Universidade do Minho, as empresas da Região e o apoio do Governo que veremos nascer neste território um dos mais importantes embriões da alteração de paradigma da economia nacional. Por muito que os Municípios tenham visão e capacidade de desenvolvimento de projetos que mudam a vida de um território e de um país, só com a colaboração do Governo central podemos almejar resultados mais satisfatórios. É o caso também no que toca à Via do Avepark e à Rotunda de Silves. Um protocolo assinado em 2017 que garante o empenho nacional na resolução de problemas de mobilidade que nos dizem tanto localmente. No dia 4 do presente mês, foi publicado o lançamento do concurso público para a empreitada de construção do desnivelamento da rotunda de Silves pela Infraestruturas de Portugal. Um concurso de 3.5M€ e com prazo de execução de 360 dias. Uma intervenção, executada pela IP e que complementa o projeto do Município de Guimarães de construção de uma via de acesso ao Avepark à Estrada Nacional 101. Aproveito para reforçar o repto lançado na última sessão ordinária, pedindo ao PSD que atualize o outdoor presente naquela rotunda, para ir mantendo a população informada do real desenvolvimento do projeto: Concurso público lançado. Também garantidos estão os quartéis da GNR de Lordelo e Taipas, incluídos na Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança, e com dotação financeira aprovada. Realidades que, cumprindo os preceitos legais, os processos burocráticos obrigatórios e o competente desenho dos requisitos funcionais, avançarão a breve trecho também para obra. Em obra desde fevereiro está já a Urgência do Hospital Senhora da Oliveira. Este equipamento que serve cerca de 300 mil pessoas, precisava já há alguns anos de uma revisão que o dotasse da capacidade de resposta necessária e exigível. Dentro de um ano estará em pleno. Fruto da*

*ação do Governo, da administração do Hospital e, também, do Município de Guimarães que garantiu 1,2M de euros para desbloquear esta necessidade urgente. Não sendo responsabilidade Municipal, é demasiado importante para todos os vimeanenses para que se tapasse os olhos a esta necessidade. Só que a Câmara de Guimarães não se limitou a substituir-se ao Estado Central. Negociou em contrapartida um Centro de Saúde para Moreira de Cónegos que servirá a zona Sul do Concelho. Novamente a complementaridade entre o trabalho municipal e do Estado Central, a dar frutos para os vimeanenses. Dizia na última sessão ordinária da Assembleia Municipal que a nossa oposição à direita continuava agarrada a calendários e a exigir aquilo que no fundo sabem que está a ser feito. Cada dia que passa estão um passo mais perto de perderem o pouco argumentário que sustenta a sua ação. E isso já se sente, de forma cabal quando estão ausentes dos debates mais importantes, e reforçam todos os dias a política de casos e de acusações pífias. Fazem-no na ação de oposição e também em campanha. E nessa campanha, para as eleições europeias, o PS lançou esta semana um cartaz que resume bem esta dicotomia. Enquanto uns falam, nós fazemos. Há, contudo, uma grande diferença entre o cabeça de lista do PSD às Eleições Europeias e o cabeça de Lista do PSD a esta Assembleia Municipal. Paulo Rangel vai pouco a Bruxelas, mas pelo menos ainda lá vai. De José Pedro Aguiar Branco não ouvimos uma palavra há mais de 2 anos quando falou a esta Assembleia ainda na condição de candidato na sessão solene do 25 de abril. Ainda percebíamos que estivesse ausente da apresentação dos candidatos porque era o seu aniversário, mas não acredito que esteja a fazer anos todos os dias desde o início deste mandato. Uns falam, outros fazem. Mas quando nem tudo é feito, nós também temos que falar. Mesmo que isso implique pedir contas àqueles com quem partilhamos espaço ideológico ou partidário. Deixo por isso duas notas finais quanto a dois assuntos que*



*continuam no topo das prioridades dos socialistas vimaranenses, nesta relação Governo-Município que hoje aqui vos trouxe. A primeira é relativa à Unidade de Cardiologia de Intervenção e Diagnóstico do Hospital de Guimarães. Como é sabido, esta importante resposta, que inclui o Laboratório de Hemodinâmica do Serviço de Cardiologia, encontra-se instalada e pronta a funcionar, resultante de contributos generosos de várias personalidades e entidades da região de Guimarães. Contudo, a necessária autorização de funcionamento está ainda pendente por parte do Ministério da Saúde. Ficamos a saber no passado mês de março, pela voz da Senhora Ministra em resposta ao deputado socialista, e meu colega de bancada, Luís Soares, que aguarda pareceres da ARS Norte e ACSS, pelo que continuamos a aguardar expectantes e vigilantes para que este serviço seja uma realidade a curto prazo. A segunda nota é relativa ao apoio à Cultura por parte deste Governo. É sabido também que foi com o atual Governo que o Centro Internacional das Artes José de Guimarães viu pela primeira vez reconhecidas as suas legítimas aspirações de ver valorizado o seu importante papel na Arte Contemporânea nacional, através de atribuição de 300 mil euros, ao abrigo do fundo de fomento. Sabemos também que, por despacho da atual Ministra da Cultura, Graça Fonseca, aquele Museu integra desde o presente mês a Rede Portuguesa de Museus. O que também sabemos é que por aquele Centro Internacional passaram algumas das mais relevantes exposições de arte contemporânea dos últimos anos, reconhecidas pela crítica como tal, nomes nacionais como Julião Sarmento ou João Cutileiro, e referências internacionais como Ann Hamilton. E sabemos também que este é o equipamento resultante da Capital Europeia da Cultura 2012, a terceira portuguesa, e que o apoio dado a esta estrutura está ainda longe das suas congéneres do Porto e Lisboa. O trabalho que aquele centro, a Oficina e*

*Guimarães fazem pela cultura merecem do Governo de Portugal um tratamento equiparado ao que de melhor se faz a nível nacional, tendo em consideração a escala. E por isso, seja por transferência direta do Orçamento de Estado, seja pela transferência da gestão do Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães, continuamos empenhados nesta exigência ao Governo da República, fazendo acompanhar a determinação por ação competente no terreno, que continua a alicerçar Guimarães como terceiro polo cultural do País. Guimarães sabe reconhecer quem para si olha com a atenção devida. Guimarães sabe colaborar em verdadeiro espírito de cooperação na persecução de objetivos que são nacionais mas também locais. Guimarães sabe ousar pensar o futuro e abre os braços para receber e ajudar a desenvolver a transformação necessária do país. Guimarães não esquece também o seu papel e sabe sempre exigir aquilo que é seu pelo direito conquistado com o trabalho diário e de muitos anos. Em Guimarães faz-se, enquanto outros falam. E exige-se mais para Guimarães enquanto outros se entretêm distraídos com a espuma dos dias.” -----*

Ana Paula Cardoso Lemos Damião pediu esclarecimentos, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva respondeu. -----

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O direito à habitação encontra-se consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, desde 1976, na Constituição da República Portuguesa. O seu art.º 65º expressa que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Apesar disso, a habitação tem vindo a tornar-se, cada vez mais, um lucrativo negócio, ao mesmo tempo que se tem assistido a um aumento brutal das rendas e ao despejo de milhares de famílias das suas casas e de*





*muitas pequenas empresas, coletividades e associações. Os números são alarmantes: nos primeiros meses de 2017 foram despejadas em média cinco famílias por dia; todos os dias é negada a satisfação de uma necessidade básica e de um direito fundamental a muitos cidadãos; o preço médio das casas vendidas em Portugal aumentou mais de 30 mil € nos últimos cinco anos, representando uma subida de quase 35%, e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto as rendas subiram 20% só nos primeiros três meses de 2018. Desde o início, Os Verdes denunciaram que o Novo Regime do Arrendamento Urbano, mais conhecido por lei dos despejos, da autoria do Governo PSD/CDS, traria graves consequências negativas, uma vez que estava ao serviço do especulador e nunca foi seu objetivo promover o arrendamento urbano. O resultado é bem evidente: o acesso à habitação tornou-se não apenas muito mais difícil, como frequentemente impossível. Para muitos milhares de pessoas, uma habitação condigna é ainda um direito difícil de concretizar e as famílias que perderam a capacidade de arrendar uma casa, vêem-se obrigadas a arrendar um quarto, sendo que os preços já são incomportáveis. Esta realidade de falta de Habitação para a maioria dos portugueses, chegou a Guimarães. Por várias vezes a CDU questionou o executivo sobre o número de pessoas que habitam no Toural ou nas ruas mais centrais e que a cada dia que passa ficam mais vazias. Em Guimarães as casa estão a ser vendidas com os inquilinos a habitá-las, sim, os inquilinos de todas as idades veem os seus contratos de habitação a não serem renovados e veem os seu direito à habitação a fugir-lhes por entre os dedos. Sim, em Guimarães já se alugam casas com apenas um quarto por 400 euros. Preços incomportáveis para uma população que na sua maioria vive com salários baixos e com uma população cada vez mais envelhecida, com reformas baixas. Desta forma, empurramos a população para fora do*

*centro da cidade que fica sem vida e sem identidade. Acresce a tudo isto o crescimento do turismo, que veio agudizar o problema, diminuindo a oferta e aumentando a especulação e os preços e a construção de hostels aumentou a olhos vistos. A cidade é para os turistas usufruírem mas sem que possam ter contactos com a entidade dos vimaranenses. Também Guimarães caminha para ser apenas uma cidade cenário. A CDU propõem-se prosseguir e reforçar a sua luta em defesa da habitação, exigindo uma efetiva política pública de habitação, essencial para concretizar a redução das desigualdades, para promover a justiça social e o desenvolvimento do País, e que proteja adequadamente os inquilinos e os moradores das cidades, através de programas eficientes de recuperação dos fogos degradados e devolutos, que possam ser colocados ao serviço das populações, entre outras medidas. Que resposta tem o senhor presidente para estas famílias que estão a ser despejadas e que não encontram casas na cidade onde nasceram ou que escolheram para viver? Em Novembro de 2018 a CDU apresentou uma moção que proponha que fossem tomadas medidas urgentes para a proteção do comércio tradicional e nessa moção, rejeitada pelo grupo municipal do PS, perguntávamos: Qual será a próxima loja a fechar? Qual será a próxima associação a ficar com uma situação iminente de despejo? Qual será o futuro dos espaços tradicionais em Guimarães? Infelizmente, passados apenas 5 meses já sabemos quais os espaços comerciais fecharam, mesmo espaços viáveis economicamente, com clientes regulares e fidelizados. Esperamos ansiosamente pelo regulamento que irá proteger o comércio tradicional e que o senhor presidente referiu na última assembleia municipal que faria parte da agenda desta assembleia. Mas apesar de termos novamente uma agenda preenchida, esta não foi uma preocupação deste executivo. A resposta a estas questões, fruto da gentrificação que o*



*nosso país atravessa, está a ser delineada ou está apenas à espera que a situação chegue a um ponto sem retorno?* -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião pediu esclarecimentos, aos quais Mariana da Conceição Pereira da Silva respondeu. -----

**Emídio Guerreiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, embora muitas vezes as eleições para o Parlamento Europeu sejam consideradas “o patinho feio do nosso sistema eleitoral”, com os maiores níveis de abstenção, disse que gostaria de valorizar estas eleições pela importância que o Partido Social Democrata dá ao projeto europeu. Disse, depois, que o projeto europeu, com virtudes e com defeitos, tem sido determinante em muitos dos objetivos que conseguimos atingir ao longo das últimas décadas e que não pode ser visto como um sítio onde todos os Governos, desde mil novecentos e oitenta e seis, vão buscar uns milhões para investir nas nossas infraestruturas e naquilo que o país precisa. Por isso, achava importante que todos fizessem um esforço de valorização deste ato eleitoral. Prosseguiu referindo que o Partido Social Democrata parte para estas eleições com muito orgulho na sua lista de candidatos, naquilo que foi o trabalho feito ao longo do último mandato no Parlamento Europeu, no papel daquele que é o único Eurodeputado do nosso Distrito, o Engenheiro Manuel Fernandes, que tem colhido opinião favorável dos seus parceiros internacionais, a todos os níveis, e, também, no seu cabeça de lista, o Doutor Paulo Rangel, que tem lutado por aquilo que são os direitos humanos, representando o Grupo Partido Popular Europeu e, deste modo, representando não só o PSD mas também, e sobretudo, os portugueses, criando prestígio internacional. Finalizou, criticando a diferença de critérios da Câmara Municipal em situações idênticas ou mesmo iguais, como aconteceu no edifício Mimosa em Moreira de Cónegos, identificado como de perigo há muito tempo e que

envolve pessoas, e no campo de jogos Pevidém, onde uma obra foi feita tendo ocorrido uma derrocada e há um ano que se encontra uma estrada cortada, e a Câmara Municipal nada fez, sendo que, por outro lado, no Campo da Feira por ameaça e um telhado cair a Câmara, e muito bem, tomou posse administrativo do edifício para resolver o problema. Concluiu questionando essa falta de equidade por parte da Câmara Municipal de Guimarães. -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião pediu esclarecimentos. -----

**Nelson José Guimarães Felgueiras**, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, começou referindo que o Partido Socialista de Guimarães estando a liderar a Câmara Municipal há mais de trinta anos continua a ser um verdadeiro farol daquilo que é a reflexão, a discussão e a propositura para o concelho de Guimarães. Referiu, depois, que o Partido Socialista sabe bem o papel que tem que cumprir e os seus eleitos sabem o programa que têm que executar, defendendo sempre os interesses de Guimarães, independentemente de quem quer que esteja no Governo Central, enumerando exemplos como as conquistas para o AvePark, a rotunda de Silvares e o seu desnivelamento, a constante reivindicação na aposta cultural de Guimarães na Plataforma das Artes e da Criatividade, os quartéis da GNR de Lordelo e das Taipas e do Hospital de Guimarães. Referiu, ainda, que a fórmula do sucesso do Partido Socialista tem sido essa capacidade de ser sempre crítico, fazendo dessa forma avançar Guimarães e o seu pensamento político. Outro exemplo da reflexão constante do Partido Socialista é a proposta efetivada do reforço de competências nas freguesias, através a atribuição das competências para a limpeza de margens e sarjetas e gestão dos parques e jardins. Prosseguindo, destacou, também, a marca da coesão, pois o Partido Socialista tem sabido ter uma visão para todo o concelho, cidade e freguesias, concedendo igualdade e apoio a todos os vimaranenses. Terminou, considerando ser esta



dinâmica, este constante descontentamento, esta constante reflexão, esta constante crítica e esta constante evolução que faz com que o Partido Socialista tenha sucesso. -----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira pediu esclarecimentos, aos quais Nelson José Guimarães Felgueiras respondeu. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se traduz: *“Quarenta e cinco anos depois daquela manhã libertadora que transformou Portugal, importa refletir no muito que ainda há por concretizar. Falta concretizar as regiões administrativas, que ainda não foram totalmente criadas. Uma das três autarquias previstas no artigo 238º da Constituição da República Portuguesa não existe. As outras duas, as freguesias e os municípios, continuam a não ter as competências necessárias para responderem da melhor forma aos problemas das populações. Falta concretizar o acesso universal aos serviços de saúde, que ainda é garantido em todo país equitativamente. E, nos 40 anos do Serviço Nacional de Saúde, discute-se na Assembleia da República a nova Lei de Bases da Saúde. Gostaríamos que o legado de António Arnault fosse respeitado, sendo aprovado um documento que proteja o serviço público de saúde, garantindo acesso universal e de qualidade, eliminando as transferências do orçamento de estado para grupos privados. Falta concretizar o respeito pelos direitos laborais. Há muita gente a sofrer as mais diversas formas de exploração, quer seja pela precariedade, como também pelos baixos salários e ausência de carreira profissional. E ainda aqueles que, mesmo depois de 4 décadas de trabalho, tem acesso a pensões de reforma abaixo do limiar da pobreza. É preciso garantir trabalho aos jovens e o respeito por aqueles que trabalharam desde a infância. Exige-se a alteração à legislação laboral,*

*recuperando a contratação coletiva, dando poder aos trabalhadores na negociação de contratos que prevejam aumentos salariais, carreiras, redução horária. Por isso, na próxima quarta-feira, os trabalhadores reúnem-se no Largo do Tournal para comemorar o 1º de Maio e lutar por melhores condições de trabalho e de vida para o povo. Outro desafio que a nossa sociedade enfrenta e que gostaria de aqui falar hoje é a crise climática. Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Um recente trabalho elaborado pelo IPMA veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes. Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas para adaptação às alterações climáticas. As entidades locais, como os municípios, têm um papel decisivo no combate às alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à conversão e utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar na gestão das áreas urbanas. Esta é, também, a chamada de atenção de milhares de estudantes que saíram à rua em Março um pouco por todo o país. Fizerem greve às aulas porque não há um Planeta B. Querem respostas concretas para resolver a crise climática e voltam a fazer greve a 24 de Maio. Este movimento estudantil inspirou-se em Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, que decidiu, em Agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso*



*cartaz “Greve à Escola pelo Clima.” O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática. O atual sistema económico, extrativista, assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A urgência climática tem que levar as nações a alterar a formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis. Tal como os estudantes, também nós consideramos que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que tem sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade.” -----*

**Rui Miguel Ribeiro Correia**, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“No próximo dia 26 de maio, Portugal irá decidir, em eleições, quem representará Portugal no parlamento europeu. A lista do CDS, encabeçada por nuno melo, apresenta-se como uma solução para defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses. Como principais chaves de campanha, o CDS promete luta contra a criação de impostos europeus, assim como o fim da regra da unanimidade no conselho. Com o slogan “ Portugal. A europa é aqui”, queremos ter como temas de campanha tudo o que, do ponto de vista europeu, é importante para Portugal. Não nos revemos no PS, ou no seu secretário-geral, que ainda recentemente disse que o PS é o partido que melhor representa os interesses europeus em Portugal. Nós*

*pensamos exatamente pela ordem inversa, queremos ser os que melhor representam os interesses portugueses na europa. Teremos em conta uma agenda interna com uma ligação europeia e os temas clássicos europeus. Teremos que estar atentos ao brexit, com as consequências que nos afetam. Estaremos atentos ao caso do terrorismo, realidade essa que a união europeia ainda não se libertou. Teremos que estar atentos aos fluxos migratórios e crise de refugiados, a ascensão dos nacionalismos e extremismos de direita e de esquerda, não é normal ver referências partidárias de radicais de esquerda a apelarem á morte de políticos, como ainda há pouco dias aconteceu em Portugal. E depois os temas que nos afetam, como é o caso das infraestruturas e do desaproveitamento dos fundos comunitários e o estado miserável dos serviços públicos. O CDS é um partido com uma matriz de pensamento contrária á possibilidade de criação de uma maquina tributária e, Bruxelas, que lance e cobre impostos aos cidadãos. A fiscalidade é uma área soberana clássica dos estados de que nenhum líder de governos deveria estar disponível para abdicar. O nosso governo tem falhado em varias áreas, e temos os exemplos dos corredores energéticos, que no tempo do governo PSD-CDS e com o pp em Espanha permitiriam aproveitar o porto de Sines e as plataformas de gás liquefeito, diminuir a dependência do gás da Rússia e exportar para a europa. Ficamos agora a saber que a Espanha e o seu governo socialista chumbaram a criação de um corredor de acesso que permitiria que Portugal exportasse este gás. António Costa não consegue convencer o seu congénere espanhol, agora imaginem o que consegue na europa. A mesma coisa em relação aos fundos de coesão, para Portugal está prevista uma redução de 7%, é inaceitável que, sendo um dos critérios mensurados o impacto do aquecimento global e as suas consequências, Portugal perca 7% enquanto outros países, em muito melhores condições, ganhem 8%. Países com maior*





*rendimento per capita não perdem e Portugal perde. Esta foi a proposta da comissão que o governo defendeu em Portugal, países que crescem mais que Portugal, e basta olharmos para os nossos vizinhos, veem aumentados os fundos de coesão. Como é possível acontecer se se considerar até que Portugal tem uma das maiores dividas do mundo, que esteve intervencionada pela troika, teve terríveis incêndios, tem um problema gravíssimo de desertificação do interior e de acordo com os estudos, será dos países que mais sofrerá com o impacto do aquecimento global. Apesar disto tudo, Portugal é um dos países mais prejudicados nos fundos de coesão que servem precisamente para corrigir assimetrias, não é aceitável, mas é esta proposta da comissão que o governo português defende. Também na PAC, Portugal é miserável, é neste momento o 25º país, no critério por hectare, no recebimento dos fundos da União Europeia, é um dos países que mais se atrasa nas apreciações de projetos e que mais se atrasa na sua execução. O programa VITIS, uma área fundamental para Portugal, devia estar aprovado em outubro de 2018 e ainda não está. O nosso governo está disponível para aceitar um corte cego de 25% no segundo pilar, ou seja, também na PAC o governo não defende Portugal e os portugueses. É altura para mudar. E como diz o slogan na entrada da cidade, Guimarães. A europa é aqui...” -----*

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões que lhe foram colocadas disse, em primeiro lugar, estar Guimarães a celebrar Abril porque consideram que o valor da liberdade é inalienável. Depois, reiterou as palavras do membro Paulo Silva, acrescentando que têm trabalhado em conjugação com o Governo e que se essa conjugação de esforços correr bem, conseguirão ter um avanço significativo no desenvolvimento do concelho, referindo como exemplo as obras de desnivelamento do nó de Silvares, da via do AvePark, da requalificação da

urgência do Hospital Senhora da Oliveira e dos postos da G.N.R. de Lordelo, Taipas e S. Torcato. Recordou, de seguida, o protocolo recentemente celebrado com o Ministério da Justiça para a construção do Campus da Justiça. Depois, informou que estavam a trabalhar com o Governo no sentido de resolver, de vez, a situação degradante e humilhante que constitui a habitação social em Gondar e com dois dos blocos que faltam reabilitar na Urbanização da Senhora da Conceição, elaborando uma estratégia local de habitação para, em conjunto com o IHRU, fazer parte deste processo e ser decisivos na solução destes problemas. Relativamente ao teor da intervenção do membro Emídio Guerreiro, nomeadamente quando afirmou existir diferença de critérios em situações semelhantes, referiu que a Câmara Municipal tem atuado com todo o rigor, embora não existindo situações iguais. Ainda assim, esclareceu que a derrocada do muro do edifício Mimosas, em Moreira de Cónegos, que tinha a ver com a sua antiguidade e sendo esta obra da responsabilidade do respetivo condomínio, a Câmara Municipal está a dar todo o apoio no sentido de repor a segurança daquele talude, para posteriormente apurar a quem cabe essa responsabilidade para ressarcir a Câmara deste valor. Relativamente à ameaça de queda de telhado no Campo da Feira, esclareceu tratar-se de um edifício que está em processo de litigância judicial de falência e que a Câmara vai tomar conta do que está em perigo de derrocada, neste caso as chaminés, e se passado um ano não for resolvido o pleito a Câmara Municipal irá adquirir por via expropriativa esse edifício e quando tudo estiver concluído a Câmara saberá a quem terá de restituir. Referiu, por fim, que neste tipo de ocorrências a Câmara Municipal atua mediante a informação que lhe é prestada pela Proteção Civil. -----  
Mariana da Conceição Pereira da Silva e Emídio Guerreiro pediram esclarecimentos aos quais Domingos Bragança respondeu. -----



-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

ASSEMBLEIA: -----

**1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22 de fevereiro de 2019.** -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.

Não participaram na votação da Ata de 22 de fevereiro de 2019, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, César Manuel Castro Machado, Augusto Rafael Capela Duarte, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Daniel André de Sousa Rodrigues, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Ana Rita Abreu Fernandes, Paula Cristiana Silva Ribeiro, Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, Rui Miguel Meira Barreira, Rui Miguel Ribeiro Correia, António Fernando Meireles Lopes, António Martins Gonçalves, Manuel da Costa Mendes Lopes, Augusto César Fernandes Guimarães, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, António Alberto da Costa Martins e Manuel de Jesus Freitas Cardoso. -----

**2 - Aprovação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28 de março de 2019.** -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.

Não participaram na votação da Ata de 28 de março de 2019, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Nelson José Guimarães Felgueiras, Maria de Jesus Teixeira

Carvalho, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Elsa Cristina Silva Ribeiro, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Paula Cristiana Silva Ribeiro, Eduardo Miguel Teixeira Fernandes, Rui Miguel Meira Barreira, Isilda Gomes Silva, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Vítor Manuel da Silva Pais, Daniel Filipe Macedo Oliveira, Manuel Fernando Alves Cardoso e Serafim Lopes Fernandes. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

**3 – RELATÓRIO E CONTAS 2018.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Relatório e Contas 2018”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em onze de abril de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a Certificação Legal das Contas – Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 – RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a o Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas do Exercício de 2018, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **6 – REVISÃO ORÇAMENTAL.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Revisão Orçamental”, aprovada pelo Executivo Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em onze de abril de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Emídio Guerreiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, começou por dizer que um relatório e contas espelha, sempre, a execução de uma estratégia política. Disse que a estratégia que deu origem à execução deste



relatório e contas não é a estratégia que o PSD apresentou ao eleitorado e não é a estratégia que o PDS concorda. Assim, disse que iria fazer, não a avaliação técnica e financeira do relatório, mas a sua avaliação política, por não se reverem nesta estratégia e, essencialmente por duas razões fundamentais: A primeira, porque esta estratégia nos tem conduzido à perda de população ao longo dos últimos anos, ao contrário de outros concelhos vizinhos; A segunda, e que tem a ver com os indicadores de desenvolvimento económico e de captação de investimento, porque esta estratégia tem vindo a diminuir o investimento e tem vindo a acentuar a perda de influência económica na região, também aqui ao contrário de outros municípios vizinhos que têm feito um modelo de desenvolvimento diferente, com resultados determinantes do ponto de vista de desenvolvimento a médio e longo prazo. Por último, apelou à disponibilização das atas onde as contas deste relatório foram aprovadas. ---

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção sobre o relatório e contas de 2018, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O Bloco de Esquerda manifestou a sua posição aquando da apresentação do Orçamento Municipal para o ano de 2018. Apresentamos propostas e ideias da maior importância para a melhoria da qualidade de vida no concelho. Por conseguinte, faremos a análise do Relatório e Contas que hoje está em discussão com base em pressupostos que entendemos serem essenciais para a garantia dos direitos dos vimaranenses, como o direito à habitação, mobilidade e fruição do espaço público e dos recursos naturais. A taxa de execução, apesar de superior a 80%, poderia ter sido melhor. E teria sido melhor se tivesse havido investimentos essenciais para o desenvolvimento do concelho, como a habitação e os apoios sociais. A receita cobrada com*

*“taxas e multas” continua a ser cobrada acima do orçamentado, o que nos leva a pensar e a lamentar que a Câmara Municipal continua a assumir uma postura de “caça” à multa, penalizando as pessoas a favor dos cofres do município. Consideramos que o recurso a serviços externos continua a ser exagerado. Ainda mais, quando se fica a dever. As dívidas aos fornecedores ascendem aos 2,5 milhões de euros. É caso para questionar se a Câmara não estará a colocar em causa a sustentabilidade das pequenas e médias empresas que se relacionam com o Município. Verificamos que continuam a ser gastos dezenas de milhares de euros em software e, conforme já sugerimos em momentos anteriores, há soluções de acesso livre e gratuito. Gostaríamos, também, que houvesse mais transparência, com todas estas despesas publicitadas, para que, sempre que esta Assembleia e todos munícipes quisessem consultar a atividade da Câmara estaria aberta à comunidade. Não obstante do Bloco de Esquerda valorizar o investimento em áreas fundamentais, como educação e cultura, temos uma visão diferente de como se poderiam aplicar as verbas disponíveis. Sobre os 3,7 milhões de euros transferidos diretamente para a Cooperativa Oficina, já manifestamos anteriormente que esta verba poderia ser utilizada para a persecução de projetos de artistas e associações, sendo atribuídos por um júri independente em concurso aberto. Em relação às questões ambientais, o Bloco de Esquerda defende também a sustentabilidade ambiental, mas consideramos que a requalificação dos recursos naturais, como os cursos de água, deveriam ser uma prioridade. Os Rios Ave e Selho apresentam níveis de poluição preocupantes e é necessário assegurar que não há descargas ilegais de efluentes, mas também que as margens são requalificadas, para que a vegetação também possa funcionar como filtros de partículas. A melhoria das condições naturais destes rios é uma dívida que esta Câmara tem com toda a população da região. Não podemos continuar a aceitar viver*



*num território favorecido com rios que não podem ser usufruídos pela população. E a proteção da natureza está diretamente ligada também com os recursos utilizados. Por isso, o parco investimento na eficiência energética dos edifícios penalizam os gastos com energia. Deveria investir-se na microgeração, apostando em equipamentos de energia solar. Também consideramos que a construção de um parque de estacionamento no centro é contraproducente com a necessidade de retirada dos carros da cidade e da sua substituição por outros veículos mais ecológicos, como o transporte público e a bicicleta. Além das ciclovias para fins lúdicos, é essencial desenvolver uma rede que permita a ligação das vilas à cidade e entre vilas, para que a bicicleta seja encarada como o meio de transporte viável para a utilização quotidiana, enquanto solução cómoda e eficiente nos movimentos pendulares entre casa-trabalho ou escola. A mobilidade é um desafio essencial para a coesão territorial por ser essencial assegurar o acesso aos serviços públicos a toda a população do concelho. E um dos acessos mais limitado nas freguesias mais distantes da cidade é o serviço de transportes. Apesar de ser uma reivindicação antiga do Bloco de Esquerda, a Câmara Municipal só compreendeu a necessidade de investimento nos transportes públicos de qualidade depois do estudo académico do início deste ano. Seria também muito importante descentralizar alguns serviços camarários para as vilas de Pevidém, Taipas, Moreira de Cónegos e S. Torcato, freguesias que, pela sua localização, poderão ser polos agregadores e criar novos centros urbanos. As obras que são efetuadas deveriam sempre prever a urbanidade do espaço, a possibilidade de fruição por todos, mesmo com mobilidade condicionada. Inclusivamente, esta devia ser a prioridade na aplicação do Plano de Mobilidade: garantir que Guimarães é um território inclusivo. Apesar de orçamentado mais de 50 mil euros para parques e jardins foram*

*gastos apenas 200 euros. Não poderia a verba prevista ter sido aplicada na adaptação dos espaços e das diversões, no caso dos parques infantis, a crianças com necessidades especiais? Na habitação, Guimarães continua sem qualquer política que permita garantir o acesso a este direito básico. Não obstante dos 273 mil euros orçamentados, apenas foram gastos pouco mais de 10 mil. Será que os moradores das habitações sociais de Gondar, e outras, não podiam ter visto as obras nos edifícios andar? Porquê estar à espera de protocolos com IHRU que nunca mais chegam? E o que dizer dos apoios às famílias? Além de se ter gasto apenas metade do que tinha sido aprovado por esta Assembleia, o Executivo ainda tem o descaramento de divulgar a “Lista dos Pobres”. Linhas e linhas nestes documentos que discriminam nomes de cidadãos e cidadãs e as quantias que lhe foram atribuídas no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Uma vergonha! Quando o Bloco de Esquerda quis, nesta Assembleia, conhecer os níveis salariais dos dirigentes das empresas e cooperativas municipais, o Senhor Presidente alegou proteção de dados para não divulgar a informação. Para proteger os avançados do Partido Socialista, vemos Domingos Bragança muito empenhado. Pelo contrário, não o vemos importado em cumprir e respeitar os direitos básicos de privacidade dos cidadãos. Foi com espanto e perplexidade que o Bloco de Esquerda assiste a esta falta de pudor e respeito pelas pessoas por parte deste executivo. É inaceitável a divulgação da “Lista dos Pobres”, partilhando informação de pessoas, que pela sua condição já muito frágil, deveriam ser protegidas. Aprovar e distribuir esta parte do documento deveria envergonhar todo o executivo.” -----*

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez uma intervenção sobre o Relatório e Contas 2018, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Neste ponto da ordem de trabalhos é*





*pedido a esta Assembleia que se pronuncie sobre o Relatório e Contas do ano de 2018. Não vou fazer uma intervenção muito técnica, mas não posso deixar de registar e partilhar alguns dados: Primeiro - Os Proveitos caíram cerca de 6 M € de 92,991 M€ para 86,964 M€ em consequência da queda dos proveitos extraordinários; Segundo - O Resultado do exercício caiu 3,257 M € de 7,441 M€ para 4,184 M€, correspondendo a uma queda de 43,77% relativamente ao período homólogo; Terceiro - O saldo de gerência caiu de 26,310 M € para 17,407 M€; Quarto - Os custos e perdas aumentaram 3 milhões de euros em consequência dos seguintes aumentos: F.S.E. = 540.000 €; Remunerações = 1.000.000 €; Encargos Sociais = 500.000 €; Amortizações = 740.000 €. Ou seja, cerca 50% destes 3 M€ diz respeito a Gastos com o pessoal! Por outro lado: Quinto - Os empréstimos de Médio e longo prazo caíram de 33,209 M€ para 27,877 M€; Sexto - O total de receita de Impostos e Taxas manteve-se em 38,735 M€; E, por último, sétimo - A receita de IMI subiu 744 mil euros, de 18,615 M€ para 19,359 M€, correspondendo a uma subida de 4% relativamente a 2017. Ora, conforme referi anteriormente, sem querer fazer uma escalpelização dos números tecnicamente, não os podemos ignorar. E, baixando os proveitos, aumentando os custos, facilmente concluímos que o IMI foi o abono de família e a fonte de financiamento da Autarquia à custa dos vimaranenses. O Executivo apresenta um Resultado Líquido superior a 4 M €. A proposta que fizemos em Outubro de 2018 para a taxa de IMI, situava-se nos 0,315%. Aplicando essa taxa ao exercício de 2017, em detrimento dos 0,35% que o Executivo Socialista teimosamente decide manter, verificar-se-ia uma perda de 1,2 M€, o que, ainda ficava manifestamente longe da almofada contabilística que as contas aportam. Ainda na base dos cálculos, para se atingir o volume de receita de IMI de 2017, bastaria que a taxa fosse de 0,336, portanto, abaixo dos 0,35%*

*praticados pelo executivo vimaranense. O que vem provar que a nossa proposta de Redução do IMI, não só era possível tecnicamente, como contabilisticamente estava perfeitamente, estudada, sustentada e, se dúvidas houvesse, este relatório, vem dissipá-las por completo. O que nos leva a uma conclusão óbvia, que é a reflexão política que estes números nos dão. É que, o Executivo Vimaranense não baixa ao IMI, porque não quer. O Executivo Vimaranense não baixa ao IMI, porque este é o caminho político que quer seguir. Porque este relatório, vem demonstrar cabalmente que tal seria possível. Paralelamente, à margem da reunião de câmara onde este relatório foi votado, o Sr. Presidente congratulou-se e..., diga-se,...e bem, com a redução do endividamento bancário de médio e longo prazo na casa dos 5,3 M€ o que corresponde a um decréscimo de 16% relativamente ao ano transato. Afirmou ainda e passo a citar "...que os próximos anos seriam de fortes investimentos e que o município teria necessidade de se financiar." – fim de citação. Estas afirmações levam-nos a uma segunda reflexão. Se nestes exercícios, onde as receitas baixaram, os custos aumentaram e consequentemente, os Resultados Líquidos também baixaram, mas verificou-se, contas sobejamente positivas, que permitiram reduzir ao endividamento. E, dizia eu, se neste enquadramento, não houve vontade política de baixar o IMI, como é que será nos anos que se seguirão, a ser uma realidade o investimento que o Sr. Presidente referiu, com a concretização do recurso ao financiamento bancário? Se neste cenário favorável, não foi possível, nesse contexto, parece-nos que será mais difícil. O que só prova que na Estratégia do Executivo Socialista, o bem-estar dos seus concidadãos, não é uma prioridade política. Para terminar, referir que o CDS vai continuar a reclamar pela descida da taxa do IMI, porque entende que é justo, ainda mais sabendo, que há condições técnicas que o permitam. E Sr. Presidente, fazendo alguma futurologia, mesmo que só em 2021, que é ano de eleições*



*autárquicas, o Executivo Socialista decida alterar estas premissas, nós aplaudiremos, lamentando, que mais vale tarde do que nunca.” -----*

**José Silva Fernandes**, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção sobre o relatório e contas, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se transcreve: *“A materialização do instrumento de políticas públicas concelhias previsionais (Plano e Orçamento para 2018) consubstanciou-se no Relatório e Contas para o referido exercício económico, e apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição económica e financeira da autarquia (é também essa a análise do auditor externo), em resultado, neste primeiro ano de mandato, de um conjunto de objetivos já concretizados, importando aqui e agora discorrer de forma mais sintética e transversal possível destacar, para o mandato 2017/2021 que nos foi confiado pela maioria dos vimaranenses, o seguinte quadro de prioridades estratégicas: O Programa de sustentabilidade ambiental; A coesão territorial de todo o município; O desenvolvimento económico e o emprego qualificado; A priorização do investimento na Educação e na Cultura, e consequente qualificação dos nossos concidadãos para o imediato e próximo futuro; A qualidade e diversidade da oferta turística; A Coesão Social da população, traduzida na igualdade de oportunidades e qualidade de vida no conjunto do território concelhio. Assim, no âmbito do cumprimento destes objetivos estratégicos, podemos destacar, a título de exemplo, neste 1º ano de mandato: Ao nível ambiental: A construção da 1ª fase da Ecovia; A execução da parte principal do Parque de Camões/Caldeiroa; A substituição da iluminação pública por LED; A elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; Do Plano de Transportes Públicos rodoviários para o Município e Comunidade Intermunicipal do Ave; O estudo urbanístico Monte Cavalinho para mais e melhor cidade em vários domínios; Na coesão Territorial:*

*Implementação de uma política que visa estender a qualidade urbana também ao conjunto das Vila e freguesias (48), consubstanciada num grande conjunto de melhorias: em vias, escolas, parques de lazer, etc; Também na coesão: O Plano de Transportes Públicos rodoviários para o Município; Ao nível da coesão social: O crescimento da intervenção da Divisão e Ação Social; A renovação de todos os Programas de intervenção social, através das comissões interfreguesias e da Rede Social, sustentados, em muitos casos, por propostas dos cidadãos no âmbito do Orçamento Participativo; O Plano Municipal para a Igualdade de Género e não Discriminação; O Plano Municipal para a integração dos Migrantes; O apoio às instituições de solidariedade social no montante de 1,7 M€; A atribuição de bolsas de estudo para alunos do ensino superior; O Programa “Abem” para a comparticipação de medicamentos; As obras de adaptação das condições de habitabilidade para pessoas com mobilidade reduzida; Em suma, uma intervenção de ampla dimensão - apoiada pela Fraterna e pela Casfig - e discreta tanto quanto possível como deve ser a intervenção social que não se propagandeia e, ao invés, se pratica. No desenvolvimento económico: A proposta de criação da Academia da Indústria, projeto de elevada importância, integrando dezenas de empresas, nomeadamente, as do programa “Guimarães Marca”, âncora fundamental para a renovação e afirmação económica de Guimarães, reconhecido por parte do Ministério da Economia; A preparação do Projeto I9G com o objetivo de transferência de conhecimento para as empresas – cujo memorando foi recentemente assinado pelo Sr. Ministro da Economia - (projeto tão elogiado e enaltecido pelo Sr. Primeiro Ministro no âmbito da apresentação da II Fase do Programa Indústria 4.0 Economia Digital). No domínio da educação e cultura: Novos projetos educativos em todos os Agrupamentos de Escolas; O enorme - e sem paralelo pelo esforço direto do Município - investimento na nova EB2,3 das*



*Caldas das Taipas; Aquisição de imóvel e terrenos anexos para a instalação da Escola Hotel; A adjudicação das novas instalações da Universidade do Minho; A instalação do Conservatório de Guimarães nos antigos edifícios Jordão/Avenida; A criação cultural e o reforço do Programa Educação e Mediação Cultural; A Escola a tempo inteiro; Os projetos de participação ambiental em todas as Escolas públicas; A afirmação de Guimarães como cidade de cultura, reforçado no contrato-programa com a Cooperativa Oficina; Importa referir: O investimento na cultura é uma alavanca fortemente potenciadora, sobretudo por via indireta, da atividade económica, transferindo elevado retorno económico e financeiro para o conjunto do espectro económico do nosso concelho. Os contratos-programa celebrados com as Cooperativas municipais: Turipenha, Tempo Livre, Fraterna, Taipas Turitermas, que tocam todas as áreas da intervenção comunitária; O crescimento da qualidade e diversidade da oferta turística; E no que tange ao investimento (leia-se despesa de capital), a aposta no sucesso de candidaturas a fundos comunitários, alavanca tão fundamental para o conjunto de investimentos concluídos e em curso - sobretudo os estruturantes pela sua importância e dimensão -, porque alicerçados num elevado montante de investimento e que o executivo municipal tem sido capaz de agilizar, aliando rigor à qualidade na gestão e aplicação dos dinheiros públicos, nomeadamente, pela alocação de meios financeiros que, estando ao seu alcance, terão que reunir as condições técnicas e materiais ao seu integral aproveitamento e aplicação e, sobretudo em sede de execução orçamental da receita e despesa de investimento, nem sempre é possível alcançar esse desiderato. Por isso, nomeadamente, quanto aos investimentos, ao abrigo do Quadro Comunitário, importa ter capacidade para gerir a contrapartida nacional no estrito cumprimento dos*

*regulamentos comunitários, mormente pelo desfasamento temporal entre o pagamento aos fornecedores e o recebimento das participações comunitárias, sem colocar em causa a prestação de apoios vários às populações e aos equipamentos sociais, também ao nível dos serviços urbanos, quer no que tange aos serviços e equipamentos educativos, culturais e desportivos. Por isso, o sucesso da saúde financeira que o Município vem demonstrando – pontualmente, pelo atrás referido, com maior ou menor liquidez imediata - deve-se, e muito, ao trabalho de captação de fundos comunitários, mas sobretudo à agilização da sua gestão. E sim! O executivo municipal tem tido essa capacidade de gestão e captação. Esta opinião é fundamentada e alicerçada nos dados da execução orçamental porque, também os números, corroboram dessa capacidade: Parcelarmente: Quanto às receitas: A receita corrente com um grau de execução de 101,1%; A receita de capital com um grau de execução de 20,5%; Quando à despesa: A despesa corrente com um grau de execução de 83,8% (uma poupança de cerca de 11 M€); A despesa de capital com um grau de execução de 66,9% (cerca de menos 17 M€ que o orçamentado). Em termos globais: O grau de execução da receita total foi de 85,4% e o grau de execução da despesa total foi de 76,6%. Em termos absolutos, a receita corrente superou em cerca de 20,9 M€ a despesa corrente, pelo que possibilitou a alocação de 15 M€ a despesa de investimento, o que significa que isso tem permitido evitar o recurso a fontes externas de financiamento para apoio de tesouraria; Pelo contrário, permitiu ainda a redução do passivo bancário, no ano em análise, em 5,3 M€. (redução de 13,8% face a 31/12/2017). De tal forma que ao nível da situação económico-financeira da Câmara, pela análise ao Balanço, se constata a seguinte realidade, face ao período homólogo de 2017: Ligeiro aumento da dívida a fornecedores de 3,9 M€ para 4,0 M€; (+ 1,8%); Redução da dívida a terceiros de curto prazo de*



*7.3 M€ para 6.9 M€; (-5%); O passivo bancário de médio e longo prazo foi reduzido de 38,5 M€ para 33,2 M€, porquanto o Município optou por financiar o investimento com apoio em fundos comunitários e o recurso a fundos próprios para o remanescente. Só a título de exemplo: (em dois anos o passivo bancário reduziu de 49,8 M€ para 33,2 M€, ou seja – 16,6 M€ o que corresponde a uma redução de 1/3 da dívida bancária, facto que confere ao Município, em caso de necessidade, uma capacidade de endividamento face ao teto legal de mais 82,8 M€. O serviço da dívida (leia-se capital e juros) ascendeu a 5,6 M€, sendo 5,3 M€ em dívida de capital e os juros associados ao serviço da dívida, sem nenhuma expressão relativa, reduziram, em termos homólogos, de 281 para 238 mil€. Relativamente aos rácios que pontificam a análise agora apresentada, todos eles indicam ordens de grandeza qualitativa (leia-se positiva) muito acima do normal (até para uma indústria de serviços, neste caso de serviço público), pelo que consideramos apenas um olhar sobre a autonomia financeira do município que apresenta um grau de financiamento dos seus ativos por capitais próprios e permanentes de sensivelmente 75,3%. Dito de outra forma, um Balanço absolutamente irrepreensível., em que igualmente sobressai o resultado líquido do exercício positivo de cerca de 4,2 M€. No que tange de mais significativo na despesa, destaque para o aumento dos Gastos com Pessoal em 1,5 M€ que se justifica pelo ajustamento provocado pelo aumento do salário mínimo e a revalorização das carreiras profissionais. Relativamente às receitas, excluindo os efeitos das receitas extraordinárias, o quadro de receitas relativo ao impostos municipais registou, no seu conjunto, um pequeno decréscimo de 0,3% face a 2017, continuando a ser uma receita (37,1 M€) muito importante, com retorno para os cidadãos no investimento público municipal. Quanto à proposta de aplicação de resultados, contida no*

*relatório de gestão, é a que decorre da legislação em vigor e estamos igualmente consonantes com a mesma. Quanto às perspetivas futuras enunciadas pelo executivo municipal, estamos inteiramente de acordo com o executivo municipal, nomeadamente, de entre outras: Desenvolvimento assente, como já referido, sobretudo, em investimento cofinanciado pela União Europeia nos termos do quadro de financiamento comunitário previsto e, dessa forma, dotar o território de mais e melhores condições de competitividade e sustentabilidade, com incentivos virados para: - Valorização da vida cultural e da participação cívica; - Coesão social, com mais inclusão e solidariedade; - Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida; - Crescimento Económico com mais e melhor emprego e mais rendimento disponível para quem trabalha; - Aumento da competitividade do território. Perspetivas exigentes, assentes no orgulho da nossa história, sempre de olhos nos olhos com as nossas pessoas, numa visão muito clara e objetiva sobre o nosso próximo futuro comum.” -----*

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, renovou que a visão política do Partido Socialista de Guimarães é trabalhar o futuro com a Universidade do Minho, os Centros de Investigação e Conhecimento e, também, através do fortalecimento da comunidade escolar, desde o pré-escolar ao superior. Referiu estarem, também, a trabalhar com as empresas e os empresários envolvendo-os nos desafios do futuro, nomeadamente na economia digital, sabendo que é destes que parte a iniciativa e que à Câmara cabe desenvolver a cooperação com todas as instituições. Acrescentou que a Câmara Municipal não substitui os investidores e evidenciou a sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho. Referiu que cada concelho tem a sua visão de futuro, sendo a de Guimarães de um concelho sustentável. Adicionou que Guimarães tem um território de grande qualidade ao nível do edificado, mas que teve uma





exigência na qualidade habitacional ao contrário de outros concelhos. Relativamente à proteção de dados, explicou que nas propostas que são levadas à Câmara Municipal, no âmbito dos apoios sociais, não consta o nome de ninguém. Contudo, disse que ia verificar se era obrigatório assim ser e, caso não seja, isso acabaria. Anunciou, depois, que para o conjunto de investimentos ambiciosos que têm, uns já em curso e outros em projeto, nomeadamente ao nível da rede viária e de escolas, e, também, pelo escalão dos impostos que têm e que não serão alterados para subida, precisam de contrair um empréstimo na ordem dos doze milhões de euros. Terminou, considerando que prescindir de receita, substituir-se a privados e às suas responsabilidades e considerar possível acudir a todas situações dos agregados mais frágeis, não é fazer política mas sim demagogia. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto pediu esclarecimentos, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

Submetidas à votação a Assembleia **DELIBEROU:** -----

**APROVAR** o Relatório e contas de 2018, por maioria, com **61 votos a favor** (25 eleitos do PS e 36 Presidentes de Junta do PS), **30 votos contra** (12 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (Membro Independente); -----

**APROVAR** a Revisão Orçamental, por maioria, com **61 votos a favor** (25 eleitos do PS e 36 Presidentes de Junta do PS), **28 abstenções** (12 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e Membro Independente) e **3 votos contra** (3 eleitos da CDU); -----

CÂMARA -----

**7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório da atividade da Câmara Municipal no período compreendido entre um de

fevereiro e trinta e um de março de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Mariana da Conceição Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Em 2010 a empresa João Ribeiro da Cunha, filhos limitada, também conhecida como fábrica do alto, em Pevidém, encerrou portas. Lançando para o desemprego os seus trabalhadores, afetando dramaticamente famílias inteiras, Estes trabalhadores aguardam até hoje o pagamento das indemnizações a que tem direito pelos anos, pela vida, de trabalho nesta empresa. Nos últimos anos, esta é, infelizmente, uma história comum a muitas empresas e a muitos trabalhadores. Principalmente do sector têxtil, mas também de outros sectores considerados como tradicionais, mas que formaram a alma de Guimarães, concelho industrial e que tem vindo a desaparecer. Infelizmente também, os trabalhadores afetados por estes encerramentos não recebem as suas justas indemnizações, por muitos créditos que tenham e normalmente são muitos, a massa insolvente não permite que sejam ressarcidos, que recebam o que tem direito. Como já disse, no encerramento do João Ribeiro da Cunha, da Fábrica do Alto, mais de 100 trabalhadores aguardam, até hoje, o pagamento dos seus créditos. Em 2017, em Agosto, o Sr. Presidente da Câmara anuncia a intenção de adquirir parte dos edifícios da Fábrica do Alto para aí instalar uma incubadora de base industrial. Sendo esta aquisição é apenas de parte do património, esta ação permitiria que os trabalhadores recebessem desde já parte dos seus créditos, e estamos a falar de trabalhadores de baixos rendimentos pelo que a conclusão desta compra afetaria de forma decisiva a sua qualidade de vida. Este projeto a concretizar-se iria valorizar o resto do património e aumentar o interesse pelo mesmo, e portanto, também seria benéfico para os trabalhadores. E*



*permitiria também a dinamização da indústria na zona de Pevidém. Podemos ter as mais variadas opiniões sobre as “incubadoras”, no entanto sabemos que Pevidém precisa de investimento nesta área e que os edifícios industriais sem utilização devem ser uma prioridade para a dinamização do nosso território. Do que sabemos, já em 2017 este negócio estaria acertado entre as partes, e em 2018, já se falava da Pev. Facory, nome pomposo, mas o que é certo é que os edifícios continuam lá, quase ao abandono e os trabalhadores... Aguardam. Senhor Presidente, consideramos que a Câmara Municipal de Guimarães deve desenvolver todos os esforços para a conclusão do anúncio, os trabalhadores esperam, Pevidém espera, e a indústria definha. Se está tudo acertado, porque não avança? Não é possível a Câmara fazer mais, ou espera por 2021? -----*

**Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira**, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, disse que esta sua intervenção se fixava em duas das entidades participadas pela Câmara Municipal de Guimarães que apresentam resultados negativos em anos consecutivos deste mandato, a Tempo Livre e a Taipas Turitermas. Referiu, então, que a Tempo Livre implementa políticas municipais relacionadas com a gestão do parque desportivo municipal e o fomento da prática desportiva e apresenta entre dois mil e dezassete e dois mil e dezoito resultados negativos na ordem dos cento e cinquenta e sete mil euros e quatrocentos e vinte e um mil euros respetivamente, tendo a Câmara Municipal optado por alocar nesse período seiscentos e trinta mil euros em dois mil e dezassete e um milhão, cento e oitenta e três mil euros em dois mil e dezoito. Face a este cenário, e sem que seja conhecida alteração abrupta das condições da atividade, disse ser importante questionar o Executivo Municipal do seguinte: A que se deve o resultado negativo e crescente neste mandato autárquico? Quais as

soluções que identificam para que os impostos sejam aplicados sem prejuízo? No que toca à Taipas Turitermas, que implementa políticas municipais de várias ordens dentro de um objeto estatutário que define âmbitos tão alargados “*que cabe tudo ou quase tudo lá dentro*”, desde a captação de minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos, desde a gestão das piscinas do parque de campismo e estruturas adjacentes da vila das Taipas, desde a criação e desenvolvimento de outros equipamentos termais e turísticos, desde a promoção da atividade de natureza sociocultural e de ocupação de tempos livres destinado aos utentes dos serviços produzidos e desenvolvimento de ações de formação, cooperativo e técnico-profissional destinado aos trabalhadores da cooperativa, apresenta entre dois mil e dezassete e dois mil e dezoito resultados negativos de duzentos e oitenta mil euros e de cento e sessenta mil euros, respetivamente. A Câmara Municipal optou por alocar nesse período, e de forma direta, cerca de vinte mil euros em dois mil e dezassete e cerca de duzentos mil euros em dois mil e dezoito. Perante isto, impunha-se questionar o Executivo Municipal do seguinte: A que se deve o resultado negativo neste mandato, apesar da verba injetada? Quais as soluções que identificam para que os impostos sejam aplicados sem prejuízo? -----

**Hugo Francisco Monteiro Teixeira**, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção abordando o problema das alterações climáticas e salientando a importância das manifestações que foram realizadas por todo o mundo. Do relatório da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, destacou o tema do ambiente, elogiando diversas iniciativas realizadas pelo Executivo Municipal, nomeadamente a continuação da realização de reuniões do Conselho Consultivo da Estrutura de Missão de Guimarães 2030, a aprovação da terceira geração do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, a celebração tanto do Dia Mundial da Árvore como do Dia



Internacional da Ação pelo Rios e a participação de Guimarães, através da Estrutura de Missão para desenvolvimento sustentável de Guimarães 2030 e do Laboratório da Paisagem, no Fórum do Ambiente da Rede de Cidades Europeias “Eurocities”. Declarou que estas iniciativas caracterizam a governação do Partido Socialista na Câmara Municipal de Guimarães ao longo de trinta anos, com trabalho de envolvimento, de aproximação, de aprendizagem e de sensibilização. Acrescentou que uma das questões importantes destas medidas foi a colaboração de centenas de alunos do nosso concelho, nomeadamente na plantação de árvores e limpeza das margens ribeirinhas. Por último, disse poder Guimarães servir de exemplo a todas as autarquias portuguesas no que toca às políticas amigas do ambiente, pois todos importam e porque todos somos necessários para a realização do bem comum. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, começou por referir que a Câmara Municipal apresentou recentemente o Plano de Transporte Público Rodoviário para o concelho, sendo que este só será aplicado a partir de dois mil e vinte e manterá a lógica do utilizador/pagador em função da distância, mantendo os preços muito elevados para as freguesias mais distantes. Acrescentou que seria de esperar um maior investimento da Câmara Municipal no PART já em dois mil e dezanove em vez de se limitar aos 2,5% da verba alocada pelo Fundo Ambiental, sabendo-se da folga financeira que a Câmara de Guimarães tem e que deveria ter como finalidade o benefício dos fregueses e contribuindo, desta forma, para uma maior coesão territorial e aproximando os habitantes das freguesias mais distantes. Quanto a obras municipais, a propósito da Escola EB2,3 de Caldas das Taipas ter sido brindada com pompa e circunstância nas comunicações oficiais da Câmara e nos meios de

comunicação social, com a presença de entidades representativas da Administração Central, disse achar que podia levar a alguns mais distraídos a questionar sobre a localização da sede do Concelho. No que toca ao AvePark, disse julgar importante saber-se para quando o arranque do início das suas obras, uma vez que vem sido dito que o projeto já se encontra concluído. Perguntou, de seguida, para quando a criação do Provedor do Município, já aprovado em fevereiro de dois mil e dezassete. Prosseguindo, lamentou o atraso das obras de beneficiação dos postos da GNR de Lordelo e das Taipas, cujo início estava previsto para o dois mil e dezoito. Por fim, disse ter verificado que a maioria das propostas aprovadas nas edições anteriores do Orçamento Participativo ainda não tinham sido executados, questionando, por isso, para quando a sua execução. -----

Rui Miguel Ribeiro Correia pediu esclarecimentos, aos quais Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu. -----

**Ângela Ivone Rodrigues Oliveira**, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal de Guimarães, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“A mobilidade tem sido uma temática constante na política atual, quer a nível nacional, quer a nível local. Ao abrigo do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), que também irá decorrer nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Governo incumbiu cada CIM de definir, a nível local, qual será o valor da redução no preço das viagens, de acordo com as realidades próprias de cada território. É inevitável aqui uma nota de crítica ao Governo socialista que entende que distribuição de verbas é uma conta de dividir por dois: Lisboa e Porto e resto do país. Esta medida tem um cariz fortemente eleitoralista pois tem por base uma distribuição desigualitária de verbas. Obviamente que o CDS entende que a distribuição de verbas não seja igualitária, mas certamente que deveria ser equitativa, e*



*não é, apoiando fortemente as áreas metropolitanas onde já existe uma rede integrada de transportes públicos em detrimento do resto do país. E no resto do país está Guimarães, não me constando que o nosso partido socialista local se tenha incomodado muito com este desequilíbrio. A CIM Ave tem pouco mais de um milhão de euros para toda a área da CIM...1,385 milhões de euros.... Para investir no programa de redução tarifária nos transportes públicos...dos quais a fatia quase total é assegurada pelo Fundo Ambiental - 1,351 milhões. A maior verba, ainda assim, cabe a Guimarães, que irá dispor de cerca de 532 mil euros para investir neste programa, sendo que na nossa opinião, verdadeiramente não estamos perante um programa, mas perante um subsídio. Vejamos: Dos 532 mil euros, 310 mil euros serão destinados à gratuidade do passe dos alunos do ensino secundário que residem a mais de três quilómetros da escola. Ainda no âmbito do transporte escolar, (no ano letivo 2019/2020) haverá uma comparticipação de 50% dos passes de alunos do ensino básico e secundário que residam a uma distância inferior a 3 quilómetros do estabelecimento de ensino, (num custo previsto superior a 192 mil euros.) Uma terceira ação, também dirigida a sub 18 anos, visa a comparticipação em 50% dos passes para o mês de Agosto, período de férias escolares e atualmente não abrangido pelo passe escolar. E ainda a comparticipação em sete euros no passe da Linha Cidade (TUG) aos assinantes do passe da CP -- Comboios de Portugal, com Guimarães como origem ou destino. Como já apontamos em sede de reunião de Camara, a crítica que o CDS salienta nesta Assembleia reside no facto de estarmos a direcionar todas as medidas à população estudantil, que já é utilizadora dos transportes públicos, não poderemos certamente argumentar que alguém leva os filhos e os netos de carro à escola porque o passe é caro. Não estamos sequer a direcionar o apoio a estudantes potencialmente*

*condutores de automóvel, por exemplo aos universitários vimaranenses numa perspectiva de estimular a utilização de transportes públicos ou sequer, o que ainda é menos compreensível, se apoia os estudantes que residam a mais de 3km do estabelecimento de ensino, que serão certamente quem mais precisaria deste apoio. Mantendo-se localmente o que ensina o Governo nacional e no fim das contas a montanha pariu um rato eleitoral, rato este que também deve ter ido ao famoso jantar do Oriental. Assim, ao invés de estarmos, no Concelho de Guimarães, a pensar em formas de garantir a mobilidade e promover a sua capacidade de deslocação em transporte público, aproveitando um incentivo do orçamento de Estado, a nossa Camara está a utilizar um subsídio, que se esgota num orçamento pois apenas está assegurada esta verba, para este ano. O que interessa é que o anúncio está feito e a campanha também. Para os próximos anos, logo se verá.” -----*

**Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“No período hoje em análise, destaca-se da Atividade Municipal a apresentação do Plano de Transportes Públicos Rodoviários. Trabalhado em conjunto com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, este é um documento direcionado para o desenho do futuro da Rede Pública de Transportes Rodoviários. Tal apresentação surge na sequência de um estudo coordenado pelo Professor Álvaro Costa, e consequência do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, de 2015. Este documento veio estabelecer uma alteração profunda alteração no modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros, dotando também os municípios de enquadramento legal enquanto autoridades municipais de transportes. Conhecido o enquadramento legal, estamos também todos conscientes à*





*data de hoje da realidade política. O último período eleitoral foi rico em debates em torno da mobilidade e da rede de transportes públicos em geral. Havendo profundas diferenças nos modelos pretendidos, enquanto solução, há um consenso generalizado quanto à necessidade de melhoria do quadro existente. Mais cobertura geográfica, mais horários, preços ajustados à realidade concelhia e veículos adaptados às exigências de um futuro que se pretende ambientalmente sustentável, são pedra de toque de várias intervenções sobre o assunto. Uma alteração de paradigma quanto à realidade que conhecemos nos últimos anos, com uma perspetiva de novos modelos de gestão, mais investimento e potencialmente maior peso no Orçamento Municipal, aliado a melhorias significativas na vida dos vimeanenses e ao aprofundamento e alteração de hábitos e cultura de uso de transportes públicos, não se faz nem de um dia para o outro, nem sem o competente estudo prévio por parte de especialistas na matéria. O documento apresentado publicamente no passado dia 27 de março é precisamente esse primeiro passo, esperando-se ainda em segunda instância a definição do modelo de gestão e organização, o enquadramento para o transporte de passageiros flexível e o estudo económico-financeiro. Do que hoje é dado a conhecer, percebem-se já alguns caminhos apontados que vão ao encontro das pretensões dos vimeanenses. Desde logo, preconiza-se um modelo que concentre as diferentes linhas de transportes urbanos, atualmente TUG e operadores particulares. Depois, as 3 principais alterações nos eixos de ligação do território: Lordelo – Espaço Guimarães, atravessando o eixo industrial vimeanense; AvePark – Taipas, Parque Industrial de Ponte – Espaço Guimarães; Serzedelo, Moreira de Cónegos, Lordelo. Ligações entre os grandes polos industriais, onde se poderá encontrar a maior concentração de empregos e negócios, à rede de transportes ferroviários e às zonas de*

*concentração populacional atualmente menos servidas pela rede de transportes urbanos. Há ainda reforço das linhas do centro, Selho S. Lourenço a Margaride por Aldão, Pevidém a Covas por Candoso e Santo Amaro, e extensão de duas linhas a Moreira de Cónegos e Cemitério de Monchique. A juntar aos reforços de linha, encontra-se também previsto o transporte flexível, medida preconizada pelo atual executivo em período de campanha e que poderá ser a solução para períodos de baixa cobertura da rede regular. Para lá das alterações apontadas nas linhas, fala-se ainda de melhoria da frota, com redução da idade média dos veículos e incremento da mobilidade elétrica. Uma última nota sobre matérias que dizem muito a todos os vimaranenses: - a proposta de redução do bilhete de bordo em 30 cêntimos; - a redução do passe mensal da linha da cidade; - o fim da penalização por transbordo, sem aplicação de novo bilhete por período de tempo determinado; - a referência a reforço em período noturno, fins-de-semana e períodos de férias escolares. Estes são aspetos que reforçam do lado da procura e pretendem transformar o transporte público rodoviário numa verdadeira alternativa ao usufruto da cidade, do território e de tudo o que ele tem para oferecer, do desporto à cultura, do espaço público ao património edificado. Olhamos com grande esperança para o documento que foi apresentado. E deixa-nos expectantes sobre um futuro onde o transporte público seja uma alternativa real, de crescente procura e de abandono do transporte individual. Fomentando menos tráfico na estrada, menos emissões de carbono e um território ambientalmente mais sustentável. Esperaremos agora pelo estudo do modelo de gestão e organização, o enquadramento para o transporte de passageiros flexível e o estudo económico-financeiro. Mas da bancada do PS não terão menos do que todo o apoio e determinação numa matéria que não representa*



*encargo, mas sim investimento no futuro do território, do planeta e da coesão territorial.” -----*

**Domingos Bragança**, Presidente da Câmara Municipal, começou por dizer que a Câmara Municipal apenas avança para a compra do imóvel da fábrica João Ribeiro da Cunha se existirem condições para lá instalar a Academia da Indústria, acrescentando que para isso acontecer seria necessário estabelecer um protocolo para essa finalidade com o Governo e conseguir participação comunitária. Depois, elogiou o trabalho desenvolvido pelas cooperativas Tempo Livre e Taipas Turitermas, que disse ser valioso para a Vila das Taipas e para o concelho. Lembrou que a Taipas Turitermas assumiu com o Município a construção do pavilhão gimnodesportivo, que não lhe cabia de todo, tocando à Câmara Municipal, anualmente, pagar esse esforço financeiro. Lembrou, também, que a Tempo Livre teve a destruição da cobertura das piscinas, há dois anos atrás, provocada por uma tempestade que, embora ressarcida pela respetivo seguro, as piscinas estiveram meses sem qualquer atividade o que originou um prejuízo. Acrescentou que se tem recusado a transferir verbas para cobrir prejuízos das empresas municipais ou cooperativas e que assim será até ao limite da sua possibilidade. De seguida elogiou o teor da intervenção do membro Hugo Teixeira, reiterando o grave problema das alterações climáticas. Informou, continuando, que o Orçamento Participativo está em execução, havendo, contudo, o caso de Serzedelo, que tem a ver com a intervenção a realizar na ponte do Soeiro e Igreja Românica onde tiveram de articular com a Direção Geral da Cultura para abrir concurso para a realização das obras e que provocou algum atraso. De seguida, disse conhecer a posição do CDS-PP sobre Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos, programa que conferiu a Guimarães cerca de quinhentos mil euros. Comunicou que

Guimarães aplicou esta verba nas famílias que têm filhos a estudar, avançando, simultaneamente, com um plano ambicioso que vão executar, o Serviço Público De Transporte Coletivo, e que levará a um gasto adicional de três milhões de euros. -----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Mariana da Conceição Pereira da Silva e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro pediram esclarecimentos, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números três e quatro, do artigo quinquagésimo sétimo, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, a ata em minuta, por maioria, com uma abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião - PSD). -----

Eram zero horas e trinta minutos do dia seguinte, o Presidente da Mesa declarou **SUSPENSA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --